

RECRUSUL S/A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.
(em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

Informações sobre a Companhia: A Recrusul S/A (B3 Brasil: RCSL3, RCSL4) é uma holding operacional de negócios industriais no segmento de implementos rodoviários e refrigeração de transportes/industrial situada na cidade de Sapucaia do Sul – RS. Neste ano de 2019, completaremos 65 anos atendendo a clientes no Brasil e no exterior.

Operação de Alienação Imobiliária: Na data de 03 de setembro de 2017 foi deferido a alienação do ativo imobiliário da empresa em Sapucaia do Sul – RS. As condições de pagamento são: R\$500 no ato da autorização da proposta; R\$500 30 dias após no ato da imissão da posse pelo adquirente; R\$1.500 quando da escritura definitiva no Registro de Imóveis de Sapucaia do Sul – RS; 50 parcelas de R\$250 corrigidas pela TR depositadas sempre a cada dia 10 após o pagamento das duas primeiras parcelas da proposta; 10 parcelas de reforço no valor de R\$200 semestrais a partir de maio de 2018 com a última em maio de 2022. A liberação dos recursos aos credores obedecerá a ordem cronológica estabelecida no Termo de Acordo entre empresa e Sindicato dos Trabalhadores protocolado na primeira semana de outubro de 2015 relacionando todos os credores trabalhistas e quirografários e seus respectivos créditos a serem pagos com a respectiva venda.

Aspectos Operacionais: A Companhia retomou suas atividades em maio de 2018 conforme noticiado em FATO RELEVANTE de 02/05/2018. A Companhia possui uma carteira média de pedidos de, aproximadamente, 90 dias totalizando em termos financeiros R\$9.000. Este valor é superior a todo o faturamento de 2018, indicando um crescimento continuado das operações comerciais e produtivas.

- Operação de integralização de capital: As ações que estavam em poder da Triskelion Capital, conforme Fato Relevante de 03/04/2017, foram quase que totalmente integralizadas: ficando um saldo ainda pendente de R\$2.169 que deverá ser totalmente integralizado durante o ano de 2019.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas e padrões internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB- International Accounting Standards Board e IFRS- International Financial Reporting Standards e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 12.996/14, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 Bases de Preparação e Consolidação

No balanço patrimonial individual, as participações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, as variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.2 Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis referentes ao Exercício 2017 denominadas de “Controladora” e “Consolidado” foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios da Recrusul S/A e suas Controladas, com base na operação envolvendo a alienação do ativo imobiliário referente ao parque industrial da Companhia localizado na cidade de Sapucaia do Sul – RS, para buscar o equacionamento da estrutura patrimonial envolvendo passivos de curto e longo prazo bem como alternativas para capital de giro.

3.3 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários que podem ser conversíveis em um montante conhecido de caixa.

3.5 Clientes

As contas a receber de clientes estão demonstradas pelo seu valor líquido de realização, inclusive no que tange aos créditos incobráveis que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício como perdas.

3.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de realização ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados e não superam os preços de mercado ou custo de reposição.

3.7 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.8 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.9 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados.

3.10 Intangível

Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e, softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

3.11 Passivo Circulante e Não Circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

3.11.1 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

3.11.2 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança.

3.12 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis em consonância com Deliberação CVM nº 564/08.

3.13 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.14 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

3.15 Reconhecimento das Receitas de Vendas

A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções.

3.16 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração da Companhia, são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.17 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários.

3.18 Novas normas e interpretações

As práticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas demonstrações individuais e consolidadas permanecem inalteradas em comparação às práticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pela adoção, a partir de 1º de janeiro de 2018, dos requerimentos contidos nos pronunciamentos: IFRS 9 Financial Instruments, análogo ao CPC 48 Instrumentos Financeiros, inclusive aqueles reativos à contabilidade de hedge; IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers, análogo ao CPC 47 Receita de Contrato com Cliente.

As normas e interpretações emitidas pelo IASB, mas ainda não adotadas até a data de emissão das informações contábeis da Companhia e suas controladas estão abaixo apresentadas. A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência, desde que implementadas no Brasil pelo CPC e aprovadas pela CVM e o CFC.

IFRS 16 (CPC 06 R2), “Arrendamento mercantil”. Esta norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento, a menos que o contrato possua um prazo de doze meses ou um valor imaterial. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

NOTA 04 – EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Bancos Conta Corrente	2.838	1	2.838	1
Total Equivalentes de Caixa	2.838	1	2.838	1

NOTA 05 – CLIENTES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Clientes Nacionais	5.492	2.955	5.492	2.955
(-)Prov.Créditos Liquid. Duvidosas	(2.949)	(2.955)	(2.949)	(2.955)
Total Líquido a Receber	2.543	-	2.543	-

NOTA 06 – ESTOQUES

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Produtos Prontos	75	133	75	133
Produtos em Processo	299	140	299	140
Matéria-Prima	709	286	709	286
Materiais Diversos	-	199	-	199
Total Líquido a Receber	1.083	758	1.083	758

NOTA 07 – TÍTULOS A RECEBER

Refere-se a adiantamento de recursos mantidos em *escrow account* para futura aquisição de matéria-prima conforme aumento da demanda comercial e produtiva.

NOTA 08 – PARTES RELACIONADAS

Pelo lado do ativo, refere-se aos créditos que a Companhia detém perante os investidores, conforme Fato Relevante do dia 25/05/2017, que assumiram o compromisso de realizar as respectivas integralizações anteriormente e vinculadas à Triskelion Capital conforme Ata da RCA de 13/12/2016, respeitando o disposto do art. 5º do Estatuto Social. Pelo lado do passivo, refere-se a operações de empréstimos cujo montante alcançou em 31/12/2018 o valor de R\$130.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS NÃO CIRCULANTE

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Credito Alienação Imobiliária	17.000	17.000	17.000	17.000
Despesas Antecipadas	2.636	2.010	2.636	2.010
Total Líquido a Receber	19.636	19.010	19.636	19.010

NOTA 10 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Descrição	Refrima S/A	Refrisa S/A	Recrusul Turismo Ltda	30 de dezembro de	31 de dezembro de
				2018	2017
Capital Social	6.000	19.611	352	25.963	25.963
Patrimônio Líquido	(9.195)	(11.060)	(38)	(20.293)	(19.869)
% de Participação No Capital Votante	98,06	70,83	95	-	-
% de Participação No Capital Total	98,06	70,83	95	-	-
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(225)	(167)	-	(391)	(1.338)
Saldo Final em 31/12/2017	-	-	-	-	-
Equivalência Patrimonial	(221)	(117)	-	(338)	(1.086)
Provisão p/ Perda em Investimentos	(8.995)	(7.810)	(37)	(16.843)	(16.506)
Saldo Final em 31/12/2018	-	-	-	-	-
Saldo de Outros Investimentos				147	147
Saldo Total de Investimentos				147	147

NOTA 11 – IMOBILIZADO E INTANGIVEL

Descrição	CONTROLADORA					31 de dezembro de 2018
	31 de dezembro de 2017	Aquisições	Baixas	Transfêrencias	Depreciações	
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.228	177	-	-	(276)	2.129
(-)Provisão perdas	(942)	-	-	-	-	(942)
Maquinas e Motores						
Móveis e Utensílios	1	-	-	-	-	1
Processamento de Dados	-	8	-	-	(1)	7
Instalações/Ferramentas	75	6	-	-	(26)	55
Imobilizado em Andamentc	383	-	-	-	-	383
TOTAL sem Intangível	1.745	191	-	-	(303)	1.633
Intangível	1	-	-	-	-	1
TOTAL com Intangível	1.746	191	-	-	(303)	1.634

CONSOLIDADO						
Descrição	31 de dezembro de 2017	Aquisições	Baixas	Transfêrencias	Depreciações	31 de dezembro de 2018
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.228	177	-	-	(276)	2.129
(-)Provisão perdas	(942)	-	-	-	-	(942)
Maquinas e Motores	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	1	-	-	-	-	1
Processamento de Dados	-	8	-	-	(1)	7
Instalações/Ferramentas	75	6	-	-	(26)	55
Imobilizado em Andamentc	383	-	-	-	-	383
TOTAL sem Intangível	1.745	191	-	-	(303)	1.633
Intangível	1	-	-	-	-	1
TOTAL com Intangível	1.746	191	-	-	(303)	1.634

Recuperabilidade de ativos - Com a alienação do Imobilizado, para liquidação de passivos, por um valor abaixo do contabilizado reconhecemos prejuízos no ano de 2017 da ordem de R\$3.484. Em 2018 não existem perdas a serem reconhecidas.

NOTA 12 – FORNECEDORES

Conforme a Deliberação CVM nº 564/08, a Companhia efetuou a aplicação da mudança de prática contábil em sua conta de fornecedores, arbitrando taxas médias de CDI + 0, 5% a.m relativas às compras efetuadas no período que contenham juros implícitos em sua negociação. A taxa mensal arbitrada calculada foi de 1,28% a.m, aplicada sob as movimentações ocorridas do período, e resultando um saldo de AVP de fornecedores de R\$ 1.

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Fornecedores	1.549	4.307	1.576	4.334
(-) AVP - Fornecedores	(1)	(1)	(1)	(1)
Total	1.548	4.306	1.575	4.333

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO		Taxa a.m %
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	
Empréstimos Bancários	-	6.746	-	6.746	a)
TOTAL	-	6.746	-	6.746	
Total Circulante	-	3.020	-	3.020	
Total Não Circulante	-	3.726	-	3.726	

a) A taxa média é de CDI +0,8% a.m

NOTA 14 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**a) Impostos no Circulante**

Descrição	Impostos, Taxas e Contribuições			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Obrigações Fiscais Federais	885	572	1.716	1.399
Obrigações Fiscais Estaduais	11.142	10.551	16.470	15.725
Obrigações Fiscais Municipais	3.630	2.512	3.632	2.514
TOTAL IMPOSTOS	15.657	13.635	21.818	19.638

b) Provisão para IR e CS sobre Adoção das IFRS

Provisão de IR e CS gerada pela Adoção do CPC nº 27 sobre avaliação de ativos, que se constituiu como passivo oneroso para Companhia na operação de contabilização da alienação imobiliária.

NOTA 15 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Os montantes de R\$2.553 em 31/12/2018 e de R\$2.606 em 31/12/2017 são referentes a contratos de vendas comerciais da linha de implementos rodoviários recebidos, parcialmente, de forma antecipada.

NOTA 16 – CREDORES PLANO DE PARCELAMENTO (Circulante e Não Circulante)

Os saldos do Plano de Recuperação Judicial (processo n.º 035/1.06.0000410-0) estão a seguir:

Posição dos Saldos Credores Plano de Parcelamento – CONTROLADORA						
31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017		
Descrição	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Trabalhistas	-	14.315	14.315	-	14.212	14.212
Inst. Financeiras	-	-	-	-	1.006	1.006
Quirografários	-	4.214	4.214	-	11.624	11.624
TOTAL	-	18.530	18.530	-	26.843	26.843
Posição dos Saldos Credores Plano de Parcelamento – CONSOLIDADO						
31 de dezembro de 2018				31 de dezembro de 2017		
Descrição	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Trabalhistas	186	14.692	14.878	186	14.589	14.775
Inst. Financeiras	-	-	-	-	1.006	1.006
Quirografários	544	5.412	5.957	543	12.822	13.365
(-) Ajuste Vlr.	-	(174)	(174)	-	(174)	(174)
TOTAL	730	19.931	20.661	729	28.244	28.972

NOTA 17- PARCELAMENTOS FEDERAIS

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia aderiu ao Programa de Parcelamento Especial, com base na Lei nº 12.996, de 18 de junho de 2014, formalizada a opção pelo parcelamento em 180 meses de débitos tributários

federais anteriores a novembro de 2013. As prestações, originais no parcelamento eram de R\$129 em 180 meses. A Companhia aderiu ao parcelamento PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) dos débitos da Receita Federal e da Procuradoria Geral da Fazenda nacional, o passivo remanescente a pagar pela controladora, é de R\$44.760 com a consolidação na adesão no PERT, que está em análise pelos órgãos competentes. O passivo tributário Federal da controladora é de R\$72.930 o que poderá resultar em um complemento de R\$28.170 no passivo tributário.

NOTA 18- PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1 Capital Social e Direito das Ações

O Capital Social autorizado, conforme Estatuto Social é de R\$124.498, representado por 1.702.767 ações ordinárias e 3.378.496 ações preferenciais, totalizando 5.081.263 ações sem valor nominal.

Através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2018, o capital social subscrito foi aumentado no valor de R\$95.502, com emissão de 23.706.183 ações ordinárias e de 47.035.928 ações preferenciais. Desta forma, em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito passou a ser de R\$220.000 (R\$124.498 em 2017) representado por 75.823.374 ações, sendo 25.408.950 ações ordinárias e 50.414.424 ações preferenciais nominativas e sem valor nominal, após homologação a ser realizada pela próxima RCA e/ou AGE, sendo que, foram totalmente integralizados R\$65.481 restando R\$30.021 a integralizar.

NOTA 19 - CONTRATOS DE SEGUROS

Atualmente a Companhia não possui contratos de seguros vigentes.

NOTA 20 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A Companhia não atua no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018.

NOTA 21 - RECEITAS E DESPESAS POR NATUREZA

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Tipo	Descrição	31 de dezembro de 2018	30 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	30 de dezembro de 2017
Custo	Remuneração Direta	(464)	-	(464)	-
Custo	Matérias-primas e Materiais de Consumo	(2.927)	-	(2.927)	-
Custo	Gastos Gerais de Fabricação	(149)	-	(149)	-
Custo	Custos com Depreciação	(261)	-	(261)	-
Custo Total de Produção		(3.801)	-	(3.801)	-
Despesa	Remuneração Direta	(126)	(169)	(126)	(169)
Despesa	Remuneração dos Administradores	(47)	(33)	(47)	(33)
Despesa	Encargos de Depreciação/Amortização	(37)	(39)	(37)	(39)
Despesa	Despesas com Benefícios/FGTS	(30)	(84)	(30)	(84)
Despesa	Honorários Adv./Auditores/Consult.	(840)	(559)	(840)	(559)
Despesa	Outras Despesas	(453)	(386)	(453)	(386)
Total das Despesas Administrativas		(1.532)	(1.269)	(1.532)	(1.269)
Receita	Outras Receitas Operacionais	976	907	976	907
Total Outras Receitas Operacionais		976	907	976	907
Despesa	Acordos Credores Extraconcursais	(2.094)	(17.581)	(2.094)	(17.581)
Despesa	Multas/Correções	(235)	(779)	(235)	(779)
Despesa	Outras Despesas Operacionais	(2.081)	-	(2.081)	-
Despesa	Despesas Alienação Imobiliária	(229)	(3.484)	(229)	(3.484)
Despesa	Negociações/Processos/Trabalhistas	(323)	(3.143)	(323)	(3.143)
Despesa	Ajustes de Estoque / Ociosidade	(130)	(997)	(130)	(997)
Outras Despesas Operacionais		(5.092)	(25.984)	(5.092)	(25.984)
Total Custos e Despesas		(9.449)	(26.346)	(9.449)	(26.346)

As principais contas de Outras Despesas Operacionais referem-se a:

- i) **Credores Extraconcursais:** renegociações e reconhecimentos de credores que entraram com processo judicial contra a Companhia com acordos para encerramento destes processos aderentes ao que fora deliberado na AGC de 07/01/2016. Honorários do administrador judicial conforme decisão judicial, de honorários de sucumbência de ordem trabalhista, contratos com consultores cíveis, tributários e acordo com Sindicato trabalhista para liberação de dirigente sindical.
- ii) **Outras Despesas Operacionais:** honorários do administrador judicial conforme decisão judicial, de honorários de sucumbência de ordem trabalhista, contratos com consultores cíveis, tributários e acordo com Sindicato trabalhista para liberação de dirigente sindical em linha com os passivos apresentados pela Companhia;
- iii) **Negociações/Processos/Trabalhistas:** reconhecimentos de condenações em novos processos trabalhistas, acordos judiciais e extra-judiciais com clientes que não tiveram seus produtos entregues nos exercícios anteriores.
- iv) **Despesas Alienação Imobiliária:** Refere-se a prejuízo entre valor de livro contábil e contrato de compra e venda conforme homologação judicial.

A Companhia acredita que a maior parte dos passivos onde a empresa é polo passivo judicialmente encontram-se contempladas nestas novas despesas contabilizadas neste exercício social, mas ainda é possível que novos

ajustes possam ser feitos em trimestres subsequentes. A tendência é de que todas estas despesas sejam aderentes ao que fora estabelecido no Plano de Pagamentos aprovado na AGC de 07/01/2016.

NOTA 22 – RESULTADO FINANCEIRO

Tipo	Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31 de dezembro de 2018	30 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	30 de dezembro de 2017
Receita	Descontos Recebidos	1	-	1	370
	Total Receitas Financeiras	1	-	1	370
Despesa	Correção Plano de Recuperação Judicial	(758)	(2.660)	(758)	(2.660)
Despesa	Despesas Tributárias - Juros e Multas	(3.455)	(1.801)	(3.821)	(3.281)
Despesa	Correção Parcelamentos Federais	(829)	(2.507)	(829)	(2.507)
Despesa	Despesas Capital de Giro/Reestruturação	(2.527)	(4.761)	(2.527)	(4.761)
Despesa	Outras Despesas Financeiras	(131)	(145)	(131)	(145)
	Total Despesas Financeiras	(7.700)	(11.874)	(8.066)	(13.354)
	Total Resultado Financeiro	(7.699)	(11.874)	(8.065)	(12.984)

NOTA 23– CONCILIAÇÃO DO EXERCÍCIO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENTRE A CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Descrição	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício		Patrimônio Líquido	
	31 de dezembro de 2018	30 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	30 de dezembro de 2017
Controladora	(13.024)	(36.887)	(60.477)	(112.936)
Lucros não Realizados na Venda de Imóveis	-	-	-	-
Participação dos Não Controladores	(5)	(11)	(198)	(193)
Absorção do PL Negativo de Controlada	(23)	(13)	(3.254)	(3.170)
Consolidado	(13.052)	(36.911)	(63.929)	(116.299)

NOTA 24– LUCRO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação, a Companhia apresenta as seguintes informações

a) Movimentação do número de ações:

Ações Emitidas	31 de dezembro de 2018	30 de dezembro de 2017
Ações Ordinárias	1.703	1.703
Ações Preferencias	3.378	3.378
Total Ações Emitidas	5.081	5.081

b) Resultado por ação:

Controladora	31 de dezembro de 2018	30 de dezembro de 2017
Lucro (prejuízo) do exercício	(13.024)	(36.887)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária e Preferenciais – R\$	(2,56314)	(7,25979)
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial – R\$	(2,56314)	(7,25979)

NOTA 25 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As Demonstrações de Resultado do Exercício já estão adequadas aos princípios necessários determinados pela deliberação CVM nº 582/09 visto a empresa operar exclusivamente no segmento de implementos rodoviários.

NOTA 26 – CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em processos judiciais trabalhistas que na avaliação dos Consultores Jurídicos, baseada em experiências com naturezas semelhantes, apresentam riscos possíveis de perda em 31 de dezembro 2018 no montante de R\$4.871 (R\$4.871 em 31 de dezembro de 2017). Também é parte integrante em dois processos tributários com risco possível de perda na cobrança de IPI no montante de R\$11.200 e R\$764, no qual este já teve decisão favorável sobre o mesmo assunto.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ricardo Mottin Jr. – Presidente

Ernani Catalani Filho – Vice-Presidente

Luiz Alcemar Baumart – Conselheiro

DIRETORIA

Ricardo Mottin Jr. - Diretor Presidente

Davi Sousa da Rosa - Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com os Investidores

Davi Sousa da Rosa - Contador CRC-RS 90.886- CPF 003.357.470-78